

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.844 - SP (2019/0273950-3)**

**RELATOR** : MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
**EMBARGANTE** : COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO  
**OUTRO NOME** : COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO  
**OUTRO NOME** : COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO  
**ADVOGADO** : RICARDO MALACHIAS CICONELLO E OUTRO(S) - SP130857  
**EMBARGADO** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADOR** : FREDERICO BENDZIUS E OUTRO(S) - SP118083

## DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela **Companhia Brasileira de Distribuição**, contra decisão de fls. 496/499, a qual determinou a devolução dos autos, com a respectiva baixa, ao ilustrado Tribunal de origem, para, nos termos dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, ser realizado o juízo de conformação ou manutenção do acórdão local frente ao decidido pela Excelsa Corte.

A parte embargante alega existência de erro material, sustentando, em síntese, que devem ser julgadas questões remanescentes não abrangidas pelos Temas 218 e 863 do STF, pois *"o presente recurso especial somente restará prejudicado se a matéria de mérito (creditamento do ICMS) for decida pelo Supremo Tribunal Federal favoravelmente à tese dos contribuintes. Caso a mesma seja desfavorável aos contribuintes, permanecerá pendente de decisão as questões acima mencionadas."* (fl. 502). Ao final, pugna pelo provimento dos aclaratórios, com efeitos modificativos.

### É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Não prospera a irrisignação da parte embargante.

De acordo com o estatuído no art. 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do *decisum* atacado e, ainda, para corrigir erro material. Entretanto, no caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois a decisão embargada enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

Ora, não podem ser acolhidos embargos declaratórios que, a pretexto de

# *Superior Tribunal de Justiça*

alegado erro material no *decisum* embargado, traduzem, na verdade, seu inconformismo com a decisão tomada, pretendendo rediscutir o que já foi decidido. Nesse panorama, inexistente qualquer obscuridade, contradição ou omissão no julgado embargado, conforme exige o art. 1022 do CPC/2015, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

A propósito, destacam-se os seguintes julgados:

*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ RESOLVIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. MERO INCONFORMISMO. PRETENSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.*

*1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que a questão levantada não configura hipótese de cabimento do recurso - omissão, contradição ou obscuridade -, delineadas no art. 535 do CPC.*

*2. A remessa dos autos para julgamento do recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal é decorrência lógica da regra insculpida no art. 543, §1º do CPC.*

*3. Inexistir qualquer fundamento relevante que justifique a oposição dos presentes embargos ou que venha infirmar as razões contidas na decisão embargada.*

*4. Embargos de declaração rejeitados.*

**(EDcl no AgRg no REsp 1.471.797/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 2/12/2014)**

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO NÃO DEMONSTRADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR QUESTÕES DEVIDAMENTE EXAMINADAS E DECIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. INVIABILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.*

*1. Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado.*

*2. A obtenção de efeitos infringentes, como pretende a Embargante, somente é possível, excepcionalmente, nos casos em que, reconhecida a existência de um dos defeitos elencados nos incisos do mencionado art. 535, a alteração do julgado seja consequência inarredável da correção do referido vício; bem como nas hipóteses de erro material ou equívoco manifesto, que, por si sós, sejam suficientes para a inversão do julgado.*

# Superior Tribunal de Justiça

*Precedentes.*

3. A pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no acórdão embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, é incabível na via dos aclaratórios.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no RE nos EDcl no AgRg no REsp 993.078/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/9/2014, DJe 10/10/2014)

Ressalta-se que, após a realização do juízo de conformação, o Presidente do Tribunal *a quo* devolverá o recurso para esta Corte, caso existam questões remanescentes a serem apreciadas.

**ANTE O EXPOSTO, rejeito os embargos de declaração.**

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator